

27.73.22
COLEÇÃO BIBLIOGRÁFICA A REFORMA DO PROCESSO TRIBUTÁRIO

COORDENAÇÃO - GERAL

Ministra Regina Helena Costa
Senador Efraim Filho
Marcus Livio Gomes

COORDENAÇÃO - EXECUTIVA

Talita Pimenta Felix
Eduardo Sousa Pacheco Cruz Silva



PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO

ORGANIZAÇÃO

ADRIANA GOMES REGO
VALTER LOBATO



7	PREFÁCIO	Regina Helena Costa
12	APRESENTAÇÃO	Adriana Gomes Rego Valter Lobato
20	MÉTODOS ALTERNATIVOS DE PREVENÇÃO E SOLUÇÃO DE LITÍGIOS IMPLEMENTADOS PELA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA FEDERAL	Fernando Mombelli
35	NATUREZA JURÍDICA, EFEITOS E POSSIBILIDADE DE QUESTIONAMENTO JUDICIAL PELA FAZENDA PÚBLICA DA DECISÃO ADMINISTRATIVA	Maysa de Sá Pittondo Deligne
54	COLEGIALIDADE E DELIBERAÇÃO: A IMPORTÂNCIA DA COMPOSIÇÃO PARITÁRIA NO PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL	Junia Roberta Gouveia Sampaio
68	PRINCÍPIOS DO PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO E SUA APLICAÇÃO	Wesley Rocha
106	APLICAÇÃO DAS MULTAS TRIBUTÁRIAS: DIÁLOGO ENTRE DIREITO PENAL E O DIREITO PROCESSUAL TRIBUTÁRIO	Rafhael Frattari Vinícius Augustus de Vasconcelos Rezende Alves
125	APLICAÇÃO DOS PRECEDENTES JUDICIAIS NO PROCESSO TRIBUTÁRIO ADMINISTRATIVO ENQUANTO MEIO DE INTEGRAÇÃO DAS INSTÂNCIAS ADMINISTRATIVA E JUDICIAL	Flávio Couto Bernardes Pedro Augusto Costa Gontijo

- 145 A PREFERÊNCIA PELA UTILIZAÇÃO DO MEIO ELETRÔNICO NO TRÂMITE DOS ATOS E TERMOS PROCESSUAIS E SUSPENSÃO DOS PRAZOS PROCESSUAIS DE 20 DE DEZEMBRO A 20 DE JANEIRO

Dione Jesabel Wasilewski

- 161 NULIDADES DO LANÇAMENTO SEM FUNDAMENTAÇÃO E POR PRETERIÇÃO DO DIREITO DE DEFESA

João Paulo Fanucchi de Almeida Melo

Matheus Leonídio Barbosa dos Santos

- 175 A LIVRE CONVICÇÃO EM TEMPOS DE INTENSIFICAÇÃO DOS FATOS E DO DIREITO: UMA ABORDAGEM CONTEXTUAL DOS ARTIGOS 50 E 51 DO PL N. 2.483/2022

Gilson Wessler Michels

- 199 A ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL COMO PROVA A FAVOR DO SUJEITO PASSIVO: CONSIDERAÇÕES ACERCA DOS ARTIGOS 52 E 53 DO PROJETO DE LEI Nº 2.692/2022

Alexandre Evaristo Pinto

- 214 O ÔNUS DA PROVA EM FACE DAS PRESUNÇÕES LEGAIS DE OMISSÃO DE RECEITAS E RENDIMENTOS.

Florence Haret

- 228 REFLEXÕES SOBRE A PROVA NO NOVO PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL

Luís Marcelo Guerra de Castro

- 244 ACESSO À JUSTIÇA NO PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO E O ARTIGO 60 DO PL Nº 2.483/2022: O JULGAMENTO EM RITO SUMÁRIO POR ÓRGÃOS NÃO PARITÁRIOS

Henrique Nimer Chamas

Victor Dantas de Maio Martinez

- 262 A AUSÊNCIA DE SUSTENTAÇÃO ORAL NO RITO SUMÁRIO DE JULGAMENTO, DIREITO AO CONTRADITÓRIO E À AMPLA DEFESA.

Tiago Lucena Figueiredo

277 DEFINITIVIDADE DAS DECISÕES MONOCRÁTICAS DE PRIMEIRO GRAU FAVORÁVEIS AOS CONTRIBUINTESE O PRINCÍPIO DA EFICIÊNCIA

Carolina Silva Campos
João Pedro Silva de Toledo

293 AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELO PROJETO DE LEI Nº 2.483, DE 2022, E OS SEUS REFLEXOS NA TEMPORALIDADE DOS PROCESSOS

Ricardo Antônio Carvalho Barbosa

311 O DEVER DE A DECISÃO SE REFERIR EXPRESSAMENTE ÀS RAZÕES DE DEFESA SUSCITADAS PELO SUJEITO PASSIVO E O DEVER DE FUNDAMENTAÇÃO PARA O INDEFERIMENTO DE PEDIDO DE DILIGÊNCIA E DE PERÍCIA

Breno Ferreira Martins Vasconcelos
Gabriela Jurema Nardy

325 O PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO DO FUTURO E SEU PAPEL PACIFICADOR COMO POLÍTICA PREVENTIVA DE CONFLITOS ENTRE O FISCO FEDERAL E SEUS CONTRIBUINTESE

Andréa Duek Simantob

341 O PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO APÓS A ADI 2.446

Valter de Souza Lobato
Tiago Conde Teixeira

369 VINCULAÇÃO DAS DELEGACIAS DA RECEITA FEDERAL DE JULGAMENTO ÀS SÚMULAS DO CARF: NECESSIDADE DE APROVAÇÃO PELO MINISTRO DE ESTADO DA ECONOMIA?

Fernando Antonio Pires Montanari Montanari

380 RECURSO ESPECIAL NO CARF E ANÁLISE DE PROVAS: REEXAME OU REVALORAÇÃO

Livia De Carli Germano